

Fonteles Duarte, Ana Rita

Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de  
Guerra

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.  
18, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 75-92  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305531755005>

## **Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra\***

*Ana Rita Fonteles Duarte\*\**

**Resumo.** Com base em documentos produzidos pelo principal centro formador de lideranças do regime ditatorial, a Escola Superior de Guerra, como manuais, revistas, livros e relatórios produzidos por seus alunos, em pequenos grupos de formação, este artigo analisa as representações da instituição sobre relações de gênero, enfocando os modelos pretendidos para homens e mulheres e a importância da mobilização destes para a construção do projeto de poder do Estado autoritário.

**Palavras-chave:** Ditadura militar; Gênero; Comportamento.

## **Gender and behavior at the service of the Military Dictatorship: Interpreting writings by the Higher School of War**

**Abstract.** Current paper analyzes some documents produced by the Higher School of War, the main leadership formation center of the Brazilian dictatorial. They consisted of handbooks, reviews, books and reports published by its students, in small formation groups. It deals with the institution's representations on gender relationships with special emphasis on models for males and females and the importance of their mobilization for the construction of a power project for an authoritarian state.

**Keywords:** Military dictatorship; Gender; Behavior.

---

\* Artigo recebido em 21/04/2014. Aprovado em 30/04/2014.

\*\* Professora do Departamento de História da UFC, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: [anaritafonteles@uol.com.br](mailto:anaritafonteles@uol.com.br). Este artigo é produto de projeto de pesquisa financiado por editais do CNPq e Funcap.

## Género y comportamiento al servicio de la Dictadura Militar: Una lectura de los escritos de la Escuela Superior de Guerra

**Resumen.** A partir de los documentos elaborados por la Escuela Superior de Guerra, principal centro formador de líderes del régimen dictatorial, tales como manuales, revistas, libros e informes producidos por sus alumnos, son analizadas las representaciones de la institución sobre las relaciones de género, enfocando los modelos ideales de hombres y mujeres, como la importancia de movilización de los mismos para la construcción del proyecto de poder del Estado autoritario.

**Palabras Clave:** Dictadura Militar; Género; Comportamiento.

---

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Segundo ALVES (1984), todos eram suspeitos até prova do contrário. A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”<sup>1</sup>, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

---

<sup>1</sup> Essa configuração é defendida por autores como BORGES (2003) e PADRÓS (2008).

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizaram pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero<sup>2</sup>, ainda antes da consumação do Golpe, em 31 de março de 1964. Embora pouco explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, é possível perceber índices de arregimentação e mobilização específicas.

As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, taxado de “comunista”, foram organizadas por grupos liderados por mulheres como a Campanha da Mulher pela Democracia (Guanabara), a União Cívica Feminina (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais) e a Cruzada Democrática Feminina (Pernambuco), patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares pró-golpe. Segundo Motta (2002), a participação das mulheres, pela criação de diversas entidades de caráter anticomunista por todo o País, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe.

Sua presença, na cena pública, era um fato novo da política nacional, mas as mulheres não estavam reivindicando questões de gênero, mas defendendo a ordem tradicional, a família, a religião e a propriedade. Com forte impacto na classe média, de onde muitas eram oriundas, davam a impressão de que a sociedade estava mobilizada na luta anticomunista. A impressão advinha da força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família. Agiam publicamente, com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos, comportamento que se estendeu a, pelo menos, dois anos depois do Golpe quando as atividades dos grupos desapareceram publicamente.

<sup>2</sup> Partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são assim pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós. Ver Hall (2000). O gênero, como categoria de análise, neste projeto, é compreendido como construção cultural que estabelece diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes (CAPDEVILA, 2001).

Os homens também foram mobilizados especificamente e apoiados por grupos favoráveis ao Golpe, incluindo setores da Igreja Católica. A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960, inseriu-se no quadro de luta anticomunista, fornecendo um exemplo de engajamento contrarrevolucionário inspirado na doutrina católica. Reunia militância organizada formada por jovens rapazes vindos, em sua maioria de escolas católicas.

Escolhidos em rigoroso processo seletivo, eles tinham vida e comportamentos controlados em regime espartano. Moravam coletivamente em casas da organização, não viam TV; os livros e jornais a que tinham acesso eram previamente selecionados, deitavam-se sempre às 22 h, com pijamas abotoados até o pescoço, andavam sempre trajando ternos e trazendo cabelos curtos, além de frequentar aulas de artes marciais, reveladoras da compreensão que tinham acerca da luta contrarrevolucionária a ser empreendida contra os comunistas (MOTTA, 2002, p. 151-152).

A entidade, que manteve atuação até o início da década de 1980, chegou a reunir 1.500 militantes, divididos em 38 cidades espalhadas por 15 Estados brasileiros. Alcançou notoriedade pelo impacto de suas atividades públicas. Além de coletar abaixo-assinados, incursionavam com equipes volantes pelo interior do País fazendo propaganda anticomunista, vendendo publicações, realizando desfiles públicos que muitas vezes acabavam em violentos conflitos com grupos de esquerda.

Os grupos caracterizados acima, formados tanto por homens como por mulheres, no entanto, podem ser pensados como implementação de mobilizações extremas articuladas por setores apoiadores do Golpe. É certo que alguns deles continuaram atuando após o estabelecimento da ditadura militar, apoiando-a, baseados num forte ideário anticomunista.

Mas num regime caracterizado como de guerra total, a existência desses grupos não bastaria para exercer um trabalho de contraofensiva que envolvesse a população em geral. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania) (ALVES, 1984).

Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias. Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se nesse aspecto de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado desde a segunda década do século XX (MOTTA, 2002) que via nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Documentos produzidos por serviços de informações da ditadura, analisados por Fico (2003), atribuíam ao suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) tentativas de propagar-se por meio do incentivo ao uso de drogas e da valorização da ideia do “amor livre”.

Para combater essas pressões, seria necessário lançar mão, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, de gestões junto às instituições da sociedade civil como a família, escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresas privadas etc.

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró-Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas por uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente. É possível identificar

alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais.<sup>3</sup>

De acordo com Rezende (2001), o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou, via movimento militar, a formulação de um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as ações postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros. É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar.

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites (OLIVEIRA, 1976).

Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Castelo Branco foi um dos grandes expoentes da Escola.

<sup>3</sup> Foucault chama a atenção para a necessidade de atentarmos para a multiplicação de discursos sobre o sexo no próprio campo de exercício de poder e os sentidos da incitação institucional a falar do sexo cada vez mais. Muito mais que as interdições e censuras é necessário, segundo ele, investigar o dispositivo de produção de sexualidade, como verdade do sexo e de seus prazeres (FOUCAULT, 1977, p 22).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos, o principal é o Manual da Escola Superior de Guerra, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009, além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)*, e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN pela realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos e da Adesg, são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero expressas em normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais, têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, por novas demandas e mudanças sociais.

As possíveis mobilizações de gênero, na forma que pretendemos analisá-las, poderiam ser realizadas a partir do estudo acurado e minucioso do que se conceitua na Doutrina como “estratégias psicossociais”, uma das expressões do poder nacional, ao lado das expressões política, econômica e militar. Geradoras de forte preocupação, naquele momento, estas expressões, de acordo com o Manual Básico da ESG:

Estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão de poder.

As informações sobre o campo psicossocial do próprio país ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão.

Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação de segurança.

Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempos de paz, ou o emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância (BRASIL/ESG, 1975a, p. 462).

As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã. Encíclicas papais são citadas como formas de fortalecer argumentos. A presença de diretrizes, para o que seriam hoje consideradas relações de gênero, pode ser mais claramente perscrutada no que tange ao papel desempenhado pelas instituições sociais em seu caráter de ordenamento, considerado pela Doutrina como imprescindível para a vida social, sendo esta passível de constantes estudos e busca por informações, tais como:

Quais os grupos que estão adquirindo preeminência econômica e social? Quais são os desenvolvimentos dentro do elemento particular da população conhecida como força de trabalho? Que está acontecendo com a filiação às igrejas? Quem está entrando para os clubes e que espécie de clube é? Quem está fundando novas lojas, sociedades secretas e cooperativas? A esse respeito as informações devem conhecer um grande número de outras coisas acerca da sociedade, tais como alterações dos hábitos de vida, desenvolvimento de novas moradias, alterações na economia doméstica e diversões da família. Devem estar atentas às mudanças de gostos, maneiras e modas. (...) Devem conhecer as mudanças da atitude popular diante de um expurgo de indesejáveis, da nacionalização da propriedade privada, do partido do governo, do casamento civil, da instrução leiga, dos direitos das minorias, do serviço militar obrigatório, para citar apenas alguns dos pontos mais importantes (BRASIL/ESG, 1975a, p. 464).

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra. A dinâmica familiar é considerada fator da expressão psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nesta instituição:

Na família, os compromissos éticos e morais de seus membros devem resultar de vínculos que se fortalecem no lar, órgão legítimo, onde virtudes, sentimentos e ideais encontram seu ambiente próprio. Na sociedade contemporânea, entretanto, efeitos perversos estão violentando a estrutura familiar em sua coesão e em seus legítimos desempenhos (BRASIL/ESG, 1981, p. 54).

É importante salientar que o contexto histórico em que se realizam essas avaliações é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado entre os anos de 1960 e 1980, trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência.

A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de gerações estabelecidos, a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

As mulheres e os jovens, especialmente, tornam-se alvo de preocupação expressa pela instituição apontada como laboratório de ideias do

regime, embora seja possível perceber um tom ambíguo nas análises realizadas pelos textos que reconhecem avanços realizados por estes grupos sociais.

A mulher evoluiu bastante, no campo das atividades profissionais, especialmente em setores de atividades que, tradicionalmente, eram reservados ao sexo masculino.

Quanto à coesão da família, o trabalho da mulher fora do lar contribuiu para enfraquecê-la. Quer realize os trabalhos domésticos, quer trabalhe fora, a mulher costuma sair e ter muita presença nos empreendimentos comunitários. Por outro lado, tem progredido a divisão equitativa dos afazeres domésticos, o que estimula o companheirismo (BRASIL/ESG, 1975a, p. 399).

A participação dos jovens na força de trabalho remunerado, que lhes facilita prematura emancipação financeira e a possibilidade de se afastarem cedo do lar paterno, encorta o convívio familiar e facilita, não raras vezes, efêmeras ligações, nas quais as ligações afetivas são totalmente desprovidas de qualquer compromisso ético e moral. Por via de consequência, podem-se enfraquecer, sub-repticiamente, os laços familiares e a influência educativa dos pais, com graves consequências sobre o equilíbrio emocional dos filhos, que irão crescendo com possíveis desajustamentos e conflitos (BRASIL/ESG, 1981, p. 54).

De acordo com Koch (1999), a sistematização e explicitação de conceitos baseados fortemente na ciência política fazia parte de método de trabalho adotado pela Escola, com base nos princípios da Didática de Nível Superior e da Lógica Formal. O método de formação de seus egressos, profundamente influenciado pelo pensamento do General Golbery do Couto e Silva, um dos elaboradores da Doutrina, consistia na apreensão e assimilação da doutrina por meio de “estudos e pesquisas sócio individualizados”, por meio de trabalhos de equipe onde os alunos “fixavam” os conceitos em discussão dirigida, simpósio e trabalho de grupo para aprofundamento de aspectos da Doutrina e do próprio processo.

No simpósio, era realizado o aprofundamento de aspectos da Doutrina e do Método, enquanto o Trabalho de Grupo tinha como objetivo a solução de um problema ou formação de um juízo de valor sobre determinado assunto.

A utilização dessa metodologia, com fins de elaborar conceitos doutrinários para “homogeneizar conhecimentos e estabelecer um entendimento comum sobre pontos considerados essenciais” (apud KOCH, 1999, p. 163), de acordo com um dos elaboradores do pensamento da ESG, A. de Arruda, passou a ser realizado a partir da segunda fase de atividades da Escola (1953-1967). O aprofundamento dos estudos e realização de trabalhos em grupo permitia ainda que a Doutrina fosse incorporada, mas ao mesmo tempo estivesse em sintonia com a conjuntura política nacional, integrando novos temas que compunham o debate e as lutas políticas nacionais às suas formulações anteriores. Os estudos tinham caráter eminentemente estratégico, na medida em que serviam para nortear ações e traçar planejamentos por parte dos estagiários da Escola preparados para a gestão e planejamento seja nas esferas militar ou civil.

Os manuais da ESG, tornados lugares de referência para a apreensão da DSN e os estudos monográficos<sup>4</sup> elaborados por grupos de alunos da Escola, fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero, expressas por meio de normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais, têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e transformações sociais.

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra. A dinâmica familiar é considerada fator da expressão

---

<sup>4</sup> A Biblioteca General Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, reúne manuais, revistas e diversas monografias elaboradas pelos alunos da ESG. Os trabalhos coletivos eram elaborados a partir de um tema na forma de relatório. Um relator é indicado nas monografias. A composição das equipes deixa explicitado o lugar social dos alunos, diferenciando-os em posições civis ou militares, com as respectivas referências profissionais.

psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nesta instituição:

Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram na família, destacam-se as do sistema de papéis e, em decorrência, as do conjunto de direitos e deveres de cada um de seus membros. O diálogo espontâneo entre pais e filhos, entre cônjuges e entre irmãos, vai crescendo em importância facilitando os relacionamentos através da participação e do companheirismo, acelerando o processo de maturidade. O diálogo aparece também como substitutivo de todo um sistema de autoritarismo e intolerância dos pais e, através dele, em vez de imposição de vontades e de pontos de vista intransigentes, transmitem-se e cotejam-se experiências (BRASIL/ESG, 1986, p. 89).

Para preparar a mobilização, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que por meio da comunicação social conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que “conscientizassem” sobre a importância das necessidades da nação. Sendo assim, os estudos realizados por grupos de alunos a partir da Doutrina e de sua sistematização evidenciam a incorporação de temas considerados relevantes para embasar a ação no campo psicossocial. “Não se pode estudar a realidade nacional e proceder a um adequado planejamento para uma nação, sem uma prévia análise do caráter de seu povo” (BRASIL/ESG, 1979, p. 150). Para isso lança-se mão da observação da população em sua dinâmica, por meio de estudos demográficos. Coloca-se como importante o estudo acurado das instituições vigentes na sociedade como as familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas.

A Expressão Psicossocial seria garantida pelo pleno funcionamento dos seus órgãos. Estes últimos são definidos pela DSN como “estruturas sociais ordenadas” cuja finalidade é pôr em prática o que está estabelecido nas instituições familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas etc. O lar é apontado como a estrutura onde se exercita a

convivência familiar para realizar o que seriam as funções “essenciais” da família: a função procriativa, a educativa, a econômica e a afetiva.

O lar, a família, a juventude, a moral e a religião são temas constantes nos trabalhos monográficos e relatórios produzidos pelos estagiários da Escola, através da Divisão de Estudos, e nos dão uma dimensão da articulação da Doutrina com a conjuntura social e política, revelando pontos de vista explicativos e sugestões de ação, a fim de garantir a Segurança Nacional.

Em relatório, produzido em 1975, sobre a questão da família, afirma-se a importância da instituição para o estímulo ao cultivo de virtudes de crianças e jovens, abordando o tema do divórcio. Este tema entrou na pauta de maneira intensificada desde a segunda metade dos anos 1960, em debates na imprensa e no Congresso Nacional. Até a aprovação da Lei do Divórcio, em junho de 1977, só existia o desquite como saída para os casamentos sem sucesso no país.

A situação de desquitados e desquitadas era tema constante de enquetes e artigos e tornou-se bandeira do recém-organizado movimento feminista no Brasil na segunda metade dos anos 1970, alimentando escritos como os da jornalista Carmen da Silva, ícone da modernização dos costumes, na revista Claudia, que chamava a atenção para o maior impacto para a vida das mulheres pela ausência da Lei, uma vez que estas tornavam-se alvos de preconceito por sua decisão de finalizarem com o casamento ainda visto como única forma de realização das mulheres e ficavam, assim como os homens, impossibilitadas legalmente de realizarem nova união se assim o desejassem.

Para o relatório, produzido por equipe formada por dois estagiários e um professor relator, a campanha pelo divórcio era considerada “tenaz” e “sem escrúpulos”, imputando à decisão de finalizar o casamento a responsabilidade pela “desorganização da família”, um ato comparável à “eutanásia”. A argumentação centra-se na perspectiva de prejuízo ao desenvolvimento dos filhos, desprezando a realização individual dos cônjuges, análise só possível de

ser entendida diante da compreensão da Segurança Nacional pela realização harmoniosa de funções das instituições sociais.

A felicidade no casamento não implica na ausência de sofrimento e até requer dos cônjuges muita capacidade de sacrifício. É preciso que eles saibam sofrer para poderem ser felizes, e só o serão desde que, das contradições encontradas na vida conjugal, se sirvam não para poder criar uma hostilidade recíproca, mas para purificar e fortalecer o seu amor. O casamento não é para o amor, mas o amor é para o casamento. Este foi instituído para a transmissão da vida, e uma lei providencial suaviza os deveres decorrentes desse estado, pelo sentimento do amor. A função do casamento transcende, pois, a esfera da estreita satisfação dos cônjuges, e interessa o bem da humanidade (BRASIL/ESG, 1975b, p. 11).

O relatório procura, ainda, diagnosticar o que seriam tendências para família brasileira na próxima década a partir de uma análise da conjuntura em que as transformações, principalmente as protagonizadas pela juventude, são afirmadas como ameaça a modelos tradicionais. As preocupações manifestadas pelos estagiários da Escola Superior de Guerra, sob a orientação de seus mestres, refere-se a um momento em que a juventude emerge como força renovadora e transformadora em vários campos.

Na esfera política, eram os jovens que protagonizavam a resistência à ditadura militar, com seu inconformismo e rebeldia, arriscando-se na militância em organizações clandestinas, nas passeatas do movimento estudantil e até mesmo na luta armada. Eram os jovens os principais responsáveis pela renovação criativa, no campo cultural dentro e fora do circuito universitário, através da MPB, do teatro, cinema e artes plásticas.

No campo do comportamento, os jovens universitários de classe média, já nos anos 1960, constituíram-se em vanguarda crítica aos costumes da sociedade conservadora, hierárquica, acelerando o processo de fragmentação. Os movimentos protagonizados por estudantes de todo o mundo, no ano de 1968, amplificaram esse papel. Embora os anos 1970, no Brasil, tenham começado sob forte repressão às formas de expressão dessa mesma juventude,

o afrouxamento das regras de comportamento, com relação à sexualidade, namoro, casamento, já estava em marcha. A contracultura alimentaria o comportamento hedonista, com o incentivo ao “mergulho no mundo interno” individual, em contraposição aos valores coletivistas do plano político.

A liberdade de escolha individual e a busca da felicidade e satisfação se afirmavam como valores que se transformavam em ameaças à Segurança Nacional nos discursos produzidos pela ESG:

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade (BRASIL/ESG, 1975b, p. 13).

Reformulação e endurecimento da legislação penal a fim de proteger a família ameaçada, divulgação pelos meios de comunicação existentes de “valores espirituais e morais da nacionalidade”, criação de medidas legislativas que ampliassem a responsabilidade do casal na criação dos filhos e assistência aos ascendentes reforçariam a “indissociabilidade do casamento”, de acordo com as sugestões de medidas a serem adotados no campo psicossocial pelo relatório elaborado em 1975. Uma marca dos trabalhos dessa natureza analisados no acervo da ESG entre os anos de 1969 e 1977 é que embora tragam a preocupação de diagnosticar ou relacionar-se com a realidade presente, mantém algumas ideias-força presentes como a preocupação na defesa da família e seu lugar como estrutura social fundamental para a garantia da Segurança Nacional.

Embora se discuta a dimensão dos impactos e/ou o alcance da influência do pensamento da Escola Superior de Guerra na organização e formulação de políticas durante o período situado entre 1964 e 1985, é inegável a recorrência de discursos semelhantes ou sabidamente tributários do pensamento formulado na instituição em outras esferas consideradas fundamentais para a construção da legitimidade política e social do regime civil-militar.

Foi a partir do argumento de que a fé professada pela maior parte dos brasileiros era a cristã, de que a família tradicional estava ameaçada especialmente pela maior ausência das mulheres levadas ao mercado de trabalho e, da infiltração de ideias subversivas nas escolas, que ideólogos da Escola Superior de Guerra, na direção da Comissão Nacional de Moral e Civismo<sup>5</sup>, resolveram instituir, em 1969, a disciplina de Educação, Moral e Cívica nos ensino primário, secundário e superior, e que professores da ESG comemoraram o acolhimento de suas ideias relacionadas à defesa da família e de papéis tradicionais por órgãos como o Ministério da Justiça e passaram a interferir sobre políticas públicas de órgãos governamentais, incluindo as ações na área de cultura, especialmente aquelas que tentam justificar a intensificação da censura moral a produções artísticas e as limitações impostas à liberdade de expressão.

---

<sup>5</sup> Eram atribuições desse órgão, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, não somente a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica, também criada em 1969, mas cabia a ela um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar à cooperação para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade, além de manter vinculações com os órgãos governamentais encarregados de ações repressivas ao que seriam "fatores negativos para a boa formação moral e cívica". Ver CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 3/69, C.E.P.M, aprovado em 04 de fevereiro-1969 (Proc.1701/68-CFE), p.19.

Aprofundar as análises nesse sentido, buscando a intersecção entre discursos produzidos pela ESG e outros setores do regime, analisar as formas de ação de seus egressos na tentativa de implementação de políticas públicas ou de influenciar e convencer agentes governamentais e setores da população civil faz-se fundamental para o entendimento da ditadura em sua dimensão de mobilização nacional profundamente marcada pelo gênero.

## Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*, 1979.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1975a.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1986.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Relatório do Grupo do Tema 25. Campo Psicossocial – A Família*, 1975b.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, t. 108, n. 2, 2001.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KOCH, Ana Maria. *Ocidente Cristão em Golbery do Couto e Silva*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Eduel, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat. Recife, 1991 (mimeo).